**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS E AGENOR
L. R. SILVA - ME**

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS (CRP/MG) – 4ª REGIÃO, Autarquia Federal inscrita no CNPJ sob o nº 37.115.474/0001-99, estabelecido na Rua Timbiras, nº 1532, 6º andar, bairro de Lourdes, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado por sua Conselheira-Presidente, psicóloga Marta Elizabete de Souza, portadora do CPF nº 378.306.276-49, denominado **CONTRATANTE**, e, **AGENOR L. R. SILVA - ME**, empresário individual, CNPJ nº 06.321.356/0001-03, com sede na Avenida Toronto, nº 878, loja 04, bairro Jardim Canadá, Nova Lima/MG, ora representado por Agenor Lúcio Rodrigues Silva, portador do CPF: 428.116.866-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, celebram o presente contrato de Prestação de Serviços, vinculado ao processo administrativo nº 143/2012.

O presente instrumento é celebrado com a dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93, e, além de obedecer as cláusulas que se seguem é regido pelos termos da Lei nº 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a prestação dos serviços pelo **CONTRATADO** de pré-postagem de 27.576 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis) exemplares do “Jornal do Psicólogo”.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

2.1. O **CONTRATANTE** encaminhará para o **CONTRATADO** 27.576 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis) exemplares do “Jornal do Psicólogo”, que efetuará a pré-postagem dos exemplares do jornal, conforme os padrões estabelecidos pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT).

2.2. O serviço de pré-postagem prestado pelo **CONTRATADO** compreende:

2.2.1. Etiquetamento dos destinatários em cada exemplar;

2.2.2. Triagem por CEP (código de endereçamento postal) de acordo com a faixa estabelecida pelo padrão da ECT;

2.2.3. Realizar a dobra, inserção de encarte e agrupamento dos exemplares do jornal por faixa de CEP's em amarrados, rotulação dos amarrados, colocação em caixetas e rotulação das mesmas;

2.2.4. Entregar todos os exemplares no Centro Operacional da ECT, responsável pelo envio, para que seja efetuada a postagem dos mesmos.

2.3. O CONTRATADO deverá efetuar a prestação do serviço, seguindo o procedimento estabelecido no item 2.2 e seus subitens, em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento dos exemplares do jornal, que serão entregues pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3. São obrigações do CONTRATADO, além de outras previstas neste instrumento:

3.1. Efetuar a prestação dos serviços conforme solicitado pelo CONTRATANTE e descrições das cláusulas primeira e segunda deste instrumento.

3.2. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários de seus funcionários envolvidos no cumprimento de suas obrigações, ora assumidas, bem como pelo recolhimento de todos os tributos que incidam e tenham como fato gerador a prestação dos serviços, objeto deste contrato.

3.3.1. Fica pactuado que, se porventura o CONTRATANTE for autuado, notificado, intimado ou mesmo condenado, em razão do não cumprimento em época própria de qualquer obrigação do CONTRATADO, originária deste instrumento, seja de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra espécie, assistir-lhe-á o direito de reter os pagamentos devidos ao CONTRATADO, com base neste ou em outro contrato, até que esse satisfaça a respectiva obrigação, isentando o CONTRATANTE da autuação, notificação, intimação ou condenação.

3.3.2. Caso já tenham sido liberados pelo CONTRATANTE todos os pagamentos e importâncias devidos ao CONTRATADO, ou se este contrato já tiver sido extinto e não havendo outro contrato, assistirá ao CONTRATANTE o direito de cobrar judicialmente tais obrigações do CONTRATADO, servindo para tanto, o presente instrumento como título executivo extrajudicial.

3.4. Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução dos serviços objeto do presente contrato. O CONTRATADO é o único responsável pelos contratos de trabalho dos seus empregados, inclusive quanto aos eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer, não podendo ser argüida solidariedade do CONTRATANTE nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo, em hipótese alguma, vinculação empregatícia entre os empregados do CONTRATADO com o CONTRATANTE.

3.5. Manter as condições de regularidade fiscal, econômica e financeira que possibilitaram sua contratação.

3.6. Reparar, restituir ou indenizar qualquer dano causado a bens de propriedade do CONTRATANTE, em razão da ação ou omissão sua e/ou de seu funcionário, envolvido na prestação dos serviços, objeto do contrato, quer tenha agido com culpa ou dolo, bem como lesão material e/ou moral causada a terceiros.

3.7. Prestar seus serviços, objeto do presente contrato, observando e garantindo a satisfatória qualidade dos mesmos.

3.8. Manter sigilo quanto às informações fornecidas pelo CONTRATANTE, quando por esse solicitado, para a prestação dos serviços contratados.

3.9. Refazer e revisar a prestação dos serviços ou parte dos mesmos, que por sua culpa, venha a ser considerado pelo CONTRATANTE como errado ou inadequado.

3.9.1. No caso do CONTRATADO recusar-se a corrigir os defeitos, omissões ou falhas dos serviços, o CONTRATANTE poderá promover a rescisão contratual por culpa daquele, aplicando-lhe as penalidades previstas na cláusula décima-segunda deste instrumento, e outras permitidas por lei, em processo administrativo a ser instaurado, além de requerer em ação judicial competente as perdas e danos pelo descumprimento das obrigações por ele assumidas, podendo ainda o CONTRATANTE se ressarcir dos prejuízos, ou parte deles, com a retenção do pagamento de eventual crédito ainda devido ao CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4. São obrigações do CONTRATANTE, além de outras previstas neste instrumento:

4.1. Efetuar o pagamento do preço, conforme previsto na Cláusula Sétima, a favor do CONTRATADO, nos moldes estabelecidos na Cláusula Nona.

4.2. Indicar Representante/Fiscal para acompanhar a execução do objeto do contrato.

4.3. Disponibilizar ao CONTRATADO as informações necessárias para a prestação dos serviços, objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO

5.1. O CONTRATANTE indicará um Representante/Fiscal que acompanhará a execução do contrato.

5.2. Ocorrendo descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO, e, caso não efetue o devido reparo, após notificado, sofrerá as sanções previstas neste contrato.

5.3. O ato de fiscalizar do CONTRATANTE não exime o CONTRATADO de suas responsabilidades em reparar os danos e prejuízos causados em razão do seu descumprimento das obrigações, ora assumidas, seja por culpa ou dolo.

5.4. A Fiscalização exercida pelo CONTRATANTE, dentre suas atribuições, ora fixadas e reconhecidas pelo CONTRATADO poderá:

5.4.1. Recusar o serviço prestado pelo CONTRATADO, que tenha sido executado em desacordo com as condições estabelecidas neste CONTRATO.

5.4.2. Suspender o pagamento a favor do CONTRATADO, no caso de inobservância de exigências da fiscalização do contrato amparadas em disposições contidas neste instrumento, até a regularização da situação. Tal procedimento será comunicado por escrito ao CONTRATADO, sem a perda do direito do CONTRATANTE em aplicar as demais sanções previstas neste contrato.

5.4.2.1. O pagamento, então suspenso, será efetuado assim que forem atendidas pelo CONTRATADO as exigências da fiscalização, sem a incidência de qualquer ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1. A vigência do presente contrato tem início em 10/10/2012, e, término em 30/11/2012.

6.2. A vigência do contrato poderá ser prorrogada, através do ajuste em termo aditivo, respeitados os limites previstos na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO

7.1. O preço fixado para a prestação dos serviços, ora contratados, corresponde ao montante de R\$ 2.757,60 (dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).

7.2. Os valores das despesas e de todos os encargos, tributos e contribuições previdenciárias incidentes sobre a execução do objeto deste contrato estão incluídos no preço aqui estabelecido, sendo de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO efetivar os respectivos recolhimentos frente aos órgãos públicos competentes para arrecadá-los.

7.3. Caso o CONTRATANTE efetive os devidos recolhimentos referentes aos tributos e contribuições previdenciárias, referentes à prestação dos serviços contratados, deverá deduzir do valor do preço fixado no item 7.1. a correspondente importância recolhida, quando efetuar o pagamento a favor do CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA: DO VALOR

8. O valor do presente contrato é fixado em R\$ 2.757,60 (dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA NONA: DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento do preço será efetuado até o dia 30/11/2012, no valor estabelecido na cláusula sétima, consideradas as condições ali descritas, inclusive quanto ao recolhimento de tributos e contribuições previdenciárias.

9.2. O preço somente será pago após o CONTRATADO ter finalizado integralmente a prestação de seus serviços, ora contratados, e certificado pelo CONTRATANTE a adequação dos mesmos.

9.3. O CONTRATANTE somente efetivará o pagamento, mediante a apresentação, por parte do CONTRATADO, da respectiva nota fiscal e das guias de recolhimento dos encargos, tributos e contribuições previdenciárias incidentes sobre a prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. As despesas do CONTRATANTE necessárias ao adimplemento de suas obrigações oriundas deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária – 6.2.2.1.1.01.04.04.058 - “Serviços de Terceiros”.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1. O inadimplemento das obrigações previstas no presente contrato, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 02 (dois) dias.

11.2. A não regularização poderá ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do contrato, sem prejuízo de outras sanções, aqui previstas.

11.3. Se for de interesse do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CONTRATANTE), mesmo considerando o item 11.1. e 11.2., poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, nos termos dos arts. 78 e 79, da Lei nº 8.666/93, com suas subseqüentes alterações.

11.4. Ficará o presente contrato rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

11.4.1. Falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial do CONTRATADO.

11.4.2. Cessão do contrato ou sub-contratação, no todo ou em parte, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

11.5. O presente contrato poderá ainda ser rescindido por conveniência administrativa do CONTRATANTE, mediante comunicação ao CONTRATADO, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. Se o CONTRATANTE rescindir o contrato pelo descumprimento das obrigações do CONTRATADO, após garantida a prévia defesa do segundo, o primeiro poderá aplicar as seguintes sanções:

12.2. multa, no percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

12.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou, até em prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.5. As penalidades previstas nos itens 12.3. e 12.4. poderão ser aplicadas cumulativamente com a do item 12.2. .

12.6. Caso o contratado descumprir os prazos estabelecidos neste instrumento ou prestar seus serviços de forma inadequada, conforme aqui previsto, seja por culpa ou dolo, estará sujeito à aplicação da penalidade de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até que efetue a devida adequação, calculada sobre o valor do preço que é o mesmo do valor do contrato, nesse caso, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS E AGENOR L. R. SILVA - ME (continuação)

13. O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente contrato, em cumprimento com o disposto no art. 61, § único, da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA – QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O contrato poderá sofrer alterações que serão aduzidas em termos aditivos, respeitados os preceitos legais.

14.2. O CONTRATADO responde por sua proposta comercial apresentada frente ao CONTRATANTE, devendo cumpri-la integralmente nos termos propostos.

CLÁUSULA DÉCIMA – QUINTA: DO FORO

15. Fica eleito pelas partes o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou que possa vir a ser, para dirimir as questões decorrentes deste contrato e da execução de seu objeto.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas, para gerar seus efeitos.

Belo Horizonte, 10 outubro de 2012.

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS
MARTA ELIZABETE DE SOUZA
CONTRATANTE**

**AGENOR L. R. SILVA - ME
CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

2 - _____
CPF: